

Resultado da Agenda Legislativa

De 03/06/2024 até 07/06/2024

Câmara Dos Deputados

03/06/2024 - segunda-feira

14:00

CMULHER - Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

[Audiência Pública](#)

Local

Objetivo

Status

O impacto da reforma tributária sobre questões de gênero, com um foco particular nas estratégias de empresas de tabaco, álcool, e ultraprocessados e os conflitos de interesse com a saúde pública. Participantes Convidadas:

JULIANA FERREIRA Aliança de Controle do Tabagismo - ACT Promoção da Saúde

(Confirmada) LAURA CURY Aliança de Controle do Tabagismo - ACT Promoção da Saúde

(Confirmada) TATHIANE PISCITELLI Fundação Getúlio Vargas (Confirmada) DÉBORA MALTA

Universidade Federal de Minas Gerais

(Confirmada) Requerimento nº 9/2024, da

deputada Erika Kokay, subscrito pela deputada Ana Pimentel.

Encerrada (Final)

Anexo II, Plenário 14

14:30

CEDESAT - Comissão Especial destinada a estudar e analisar formas de prevenção e auxílio a desastres e calamidades naturais que vêm assolando o Território Nacional

[Reunião](#)

Local

Objetivo

Status

Discussão da seca crítica que assola o Estado da Bahia. Tema: Discussão do problema da grave seca que assola o Estado da Bahia.

Convidados: WALDEZ GÓES, Ministro de Estado da Integração e do Desenvolvimento Regional; (A CONFIRMAR) NÍSIA VERÔNICA TRINDADE LIMA, Ministra de Estado da Saúde; (A CONFIRMAR) WOLNEI APARECIDO WOLFF BARREIROS, Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; (A CONFIRMAR) SÓSTHENES TAVARES DE MACÊDO ALMEIDA, Cancelada
Diretor-Geral da Defesa Civil de Salvador; (CONFIRMADO) HEBER SANTANA, Superintendente de Proteção e Defesa do Estado da Bahia; (CONFIRMADO) HUMBERTO MIRANDA, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia; (A CONFIRMAR) MARCELO ANDRADE MOREIRA PINTO, Diretor-Presidente da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba. (A CONFIRMAR) (Requerimento nº 22/2023, do Dep. Leo Prates)

15:30

GTRETRIB - Grupo de Trabalho destinado a analisar e debater, no âmbito da regulamentação da reforma tributária, o PLP 68/2024, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS)

[Audiência Pública](#)

Local

Objetivo

Status

Normas gerais do IBS e da CBS sobre operações Audiência Pública TEMA: Normas Gerais do IBS e da CBS sobre operações
Convidados: MELINA ROCHA, Consultora do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID(confirmada); ANTÔNIO CLARET DE SOUZA JÚNIOR, Procurador da Fazenda Nacional - PGFN (confirmado); ISAIAS COELHO, Pesquisador Sênior do Núcleo de Estudos Fiscais da Fundação Getúlio Vargas - NEF/FGV (confirmado); RODOLFO TAMANAHA, Consultor Tributário do Movimento Brasil Competitivo - MBC (confirmado); FRANCISCO JAVIER SÁNCHEZ GALLARDO, Conselheiro de Finanças da Embaixada da Espanha no Brasil e Especialista em Imposto sobre Valor Adicionado (confirmado); FERNANDO FACURY SCAFF, Professor Titular de Direito Financeiro da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo - USP (confirmado); HELENO TAVEIRA TORRES, Professor Titular de Direito Financeiro do Departamento de Direito Econômico, Financeiro e Tributário da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo - USP (confirmado); MARCOS PEREIRA VALADÃO, Pós-Doutor em Direito e Professor da Escola de Políticas Públicas e Governo da Fundação Getúlio Vargas em Brasília (confirmado); MARY ELBE QUEIROZ, Pós-Doutora em Direito Tributário (confirmada); BETINA GRUPENMACHER, Pós-Doutora em Direito Tributário (confirmada); CLAUDIO TARTARINI, Representante da Associação Brasileira de Telesserviço - ABT (confirmado); DAVI FERREIRA GOMES BARRETO, Diretor-Presidente da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (confirmado); MÁRIO SÉRGIO, Superintendente de Economia da Confederação Nacional das Indústrias - CNI (confirmado); LINA SANTIN, Advogada Tributarista, Mestre em Direito Tributário e Doutoranda pela PUC-SP (confirmada); e CAMILA TAPIAS, Vice-Presidente Mulheres no Tributário (confirmada).

Anexo II, Plenário 02

Encerrada

04/06/2024 - terça-feira

09:00	PLEN - Plenário	
Sessão Não Deliberativa Solene		
Local	Objetivo	Status
Plenário da Câmara dos Deputados	Homenagem ao Dia Mundial Sem Tabaco Homenagem ao Dia Mundial Sem Tabaco	Encerrada
11:00	PLEN - Plenário	
Sessão Não Deliberativa Solene		
Local	Objetivo	Status
Plenário da Câmara dos Deputados	Homenagem ao dia mundial do meio ambiente Homenagem ao dia mundial do meio ambiente	Encerrada
09:00	GTRETRIB - Grupo de Trabalho destinado a analisar e debater, no âmbito da regulamentação da reforma tributária, o PLP 68/2024, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS)	
Audiência Pública		
Local	Objetivo	Status
Anexo II, Plenário 02	Modelo operacional do IBS e da CBS Audiência Pública Tema: Modelo operacional do IBS e da CBS Convidados: DANIEL LORIA, Diretor de Programa da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda (confirmado); MIQUEAS LIBÓRIO, Auditor Fiscal de Joinville/SC, representando a Confederação Nacional dos Municípios - CNM (confirmado); ROBERTO GOMES DE ALBUQUERQUE MELO JUNIOR, representante da Frente Nacional de Prefeitos e Prefeitas - FNP (confirmado); RICARDO TEIXEIRA LEITE MOURÃO, Chefe de Gabinete da Diretoria de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução do Banco Central do Brasil (confirmado); CRISTINA MACDOWELL, Especialista Principal em Gestão Fiscal do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID (confirmada); GUSTAVO BRIGAGÃO, Presidente do Centro de Estudos das Sociedades de Advogados - CESA (confirmado); EDUARDO AUGUSTO MARCONDES DE FREITAS, Gerente Jurídico na Federação Brasileira de Bancos - Febraban (confirmado); ADRIANA ANGELOZZI, Diretora de Assuntos Institucionais da Associação Brasileira de Empresas de Vendas Diretas - ABEVD (confirmada); PAULO CÉSAR TEIXEIRA DUARTE FILHO, Consultor da Associação Brasileira de Instituições de Pagamentos - ABIPAG (confirmado); GUILHERME HENRIQUE MARTINS SANTOS, Diretor de Assuntos Tributários da Associação Brasileira de Comércio Eletrônico - ABCOMM (confirmado); PAULO AYRES BARRETO, Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (confirmado); ARMANDO FERREIRA, Representante da Associação Brasileira Pró-Desenvolvimento Regional Sustentável - ADIAL Brasil (confirmado); CARLOS EDUARDO XAVIER, Presidente do Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal - COMSEFAZ, LUIZ DIAS, Assessor Especial de Projetos Estratégicos da Secretaria da Fazenda de Alagoas - Sefaz-AL, e RICARDO NEVES PEREIRA, Subsecretário da Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul - Sefaz-RS, representando o COMSEFAZ (confirmados); ALINE LARA, Especialista em Direito Tributário, representando a Associação Brasileira das Companhias Abertas - ABRASCA (confirmada); ANA CAROLINA BRASIL VASQUES, Presidente Mulheres do Tributário (confirmada); MARIA JULIANA FONSECA, Advogada e Mestre pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG (confirmada); MARCELA CUNHA GUIMARÃES, Doutora e Mestre em Tributário Pela PUC/SP, Professora da Universidade Federal de Uberlândia e Diretora da Associação Comercial e Industrial de Uberlândia - ACIUB (confirmada); e RONI PETERSON BERNARDINO DE BRITO, Assessor do Gabinete da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (confirmado).	Encerrada
09:30	CAPADR - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural	
Reunião Técnica		
Local	Objetivo	Status
	Encontro com Ministro da Pesca e Aquicultura Participantes: -Sr. ANDRÉ DE PAULA, Ministro da Pesca e Aquicultura - MPA; -Sr. GUSTAVO PIRES, Chefe de Gabinete do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA;	Encerrada
14:00	EVENTOS - Eventos	
Reunião Técnica		
Local	Objetivo	Status
Auditório Nereu Ramos	3º Encontro dos Produtores Brasileiros de Leite, promovido pela Frente Parlamentar em Apoio ao Produtor de Leite.	Cancelada

I) IBS e CBS sobre exportações e importações
II) Regimes Aduaneiros especiais, Zonas de Processamento de Exportações e Regimes de Bens de Capital. Audiência Pública. TEMA: I) IBS e CBS sobre exportações e importações. II) Regimes Aduaneiros especiais, Zonas de Processamento de Exportações e Regimes de Bens de Capital. Convidados: FAUSTO VIEIRA COUTINHO, Subsecretário de Administração Aduaneira da Receita Federal do Brasil (confirmado); SILVIA CRISTINA BARBOSA LEAL, Auditora-Fiscal da Receita Estadual do Estado de Mato Grosso do Sul (confirmada); RENATO AGOSTINHO, Diretor do Departamento de Operações de Comércio Exterior e Secretário de Comércio Exterior Substituto do MDIC, e LUCIANA MIRANDA, Assessora da Secretaria Executiva do Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação do MDIC (confirmados); LUIZ ROBERTO PEROBA, Advogado e Sócio no Escritório Pinheiro Neto Advogados (confirmado); JONATHAN BARROS VITA, Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP (confirmado); JOSE AUGUSTO DE CASTRO, Presidente Executivo da Associação de Comércio Exterior do Brasil - AEB (confirmado); SANDRA PREVIATTI, Presidente da Associação das Empresas Usuárias de RECOF e OEA - AER (confirmada); GABRIELA ROSA, Representante da Associação Brasileira de Terminais Portuários - ABTP (confirmada); MATIAS LOPES, Gerente Executivo Jurídico do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás - IBP (confirmado); NATÁLIA MARCASSA, CEO do MoveInfra - Movimento que reúne os seis maiores grupos de infraestrutura do País: CCR, EcoRodovias, Hidrovias do Brasil, Rumo, Santos Brasil e Ultracargo (confirmada); AUGUSTO BARRETO, Assessor da Diretoria da Associação Brasileira de Empresas de Comércio Exterior - ABECE (confirmado); ANDRÉ PACHECO, Diretor Tributário das Lojas Renner (confirmado); e JOÃO PAULO CAVINATTO, Advogado e Sócio no Lefosse Advogados (confirmado).

Anexo II, Plenário 02

Encerrada

14:30

CICS - Comissão de Indústria, Comércio e Serviços

[Reunião Deliberativa](#)

Local	Objetivo	Status
Anexo II, Plenário 05	Discussão e votação de propostas legislativas	Encerrada (Final)

Proposições em pauta

Ordem: 2

CD PL 1228/2023 - (ORDINÁRIA)

Autor(a): João Daniel (PT/SE)

Dispõe sobre aquisição, pelas distribuidoras, de créditos de energia elétrica provenientes de micro e minigeração distribuída de unidades enquadradas como agricultura familiar e microempreendedor individual enquanto durar o financiamento dos equipamentos.

Despachos: CICS -> CAPADR -> CME -> CFT -> CCJC

Atual Relator(a): Helder Salomão (PT/ES)

Parecer

Parecer do Relator, Dep. Helder Salomão (PT-ES), pela aprovação deste, e do PL 3066/2023, apensado, com substitutivo.

ORIENTAÇÃO FPA

FAVORÁVEL AO PARECER DO RELATOR □

ARGUMENTAÇÃO

Cria incentivos para reduzir custos com energia elétrica, como estratégia para fortalecer pequenos empreendedores e agricultores familiares. A proposta visa financiar equipamentos de geração de energia e permitir o uso dos créditos gerados para amortizar esses financiamentos, aliviando assim o peso financeiro sobre esses grupos, promovendo autossuficiência energética e sustentabilidade. Foi apresentado o PRL nº 3, que mantém as ressalvas do PRL nº 2 sobre a limitação da obrigação de aquisição do crédito de energia pelas distribuidoras aos créditos da central consumidora-geradora enquanto não quitada a operação financeira do tomador. A principal mudança proposta no novo parecer, está na alteração está na forma como os recursos do BNDES são direcionados para financiar projetos de micro e minigeração distribuída: anteriormente, eram estabelecidos percentuais fixos, e agora passa a uma priorização com base na demanda existente. A nova abordagem pode oferecer mais oportunidades de financiamento conforme a demanda cresce, potencialmente beneficiando um número maior de pequenos produtores e empreendedores ao longo do tempo, se a demanda justificar um aumento nos recursos.

Resultado:

Lido o Parecer do Relator, Deputado Helder Salomão, pelo Deputado Jorge Goetten. Aprovado o Parecer.

15:00 **PEC04423 - Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 44, de 2023, do Sr. Bibó Nunes e outros, que "adiciona o parágrafo 9ºB ao artigo 166 da Constituição Federal para permitir o emendamento em reserva, de 5% para o uso em catástrofes e emergências naturais"**

[Audiência Pública e Deliberação](#)

Local	Objetivo	Status
Anexo II, Plenário 03	PEC 044.23 - Emenda orçamentária para emergências naturais. Convidados: - DELTON CARVALHO - Professor de Direito Ambiental da UNISINOS (confirmado); - ALESSANDRA CARDOSO - Assessora Política do Instituto de Estudos Socio Econômicos - Inesc e Integrante do Observatório do Clima (confirmada); - GLIVAN SAMPAIO DE OLIVEIRA - Diretor Substituto do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - Inpe (confirmado); - ANTONIO ZAYEK - Consultor Ambientalista (confirmado). Req. 6/2024, de autoria do Deputado Gilson Daniel II- Deliberação de Requerimentos	Encerrada (Final)

15:00

CASP - Comissão de Administração e Serviço Público

[Reunião Deliberativa](#)

Local	Objetivo	Status
Anexo II, Plenário 08	Discussão e votação de propostas legislativas	Encerrada (Final)

Proposições em pauta

Ordem: 1

CD REQ 55/2024 CASP - (DIVERSOS)

Autor(a): Adriana Ventura (NOVO/SP)

Requer a realização de audiência pública para tratar do Projeto de Lei nº 5.016/2013, que acrescenta dispositivo ao Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, que dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências.

ORIENTAÇÃO FPA

FAVORÁVEL □

Resultado:

Aprovado, com a inclusão dos seguintes convidados, a pedido do Deputado Prof. Reginaldo Veras: Representante do Conselho Federal de Corretores de Imóveis e Representante do Gabinete de Segurança Institucional (GSI).

15:00 **SUBZPE - Subcomissão Especial das Políticas Públicas das Zonas de Processamento de Exportação - ZPE**

[Reunião Deliberativa](#)

Local	Objetivo	Status
Anexo II, Plenário 04	Discussão e votação de propostas legislativas - Plano de Trabalho da Subcomissão ZPE	A Cancelada

16:00 **CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania**

[Reunião Deliberativa](#)

Local	Objetivo	Status
Anexo II, Plenário 01	Discussão e votação de propostas legislativas	Encerrada (Final)

Proposições em pauta

Ordem: 8

CD PL 8262/2017 - (ORDINARIA)

Autor(a): André Amaral (PROS/PB)

Dispõe sobre a retirada de invasores de propriedade privada.

Despachos: CSPCCO -> CCJC -> PLEN

Atual Relator(a): Dr. Victor Linhalis (PODE/ES)

Parecer

Parecer do Relator, Dep. Dr. Victor Linhalis (PODE-ES), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição deste e do Substitutivo da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; e pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação dos Projetos de Lei nºs 10.010/2018, 554/2019, 4.433/2023, 10.140/2018, 942/2019, 5.040/2019, 6.193/2019, 1.090/2023, 3.677/2023, 959/2024, 4.389/2023, 3.589/2021, 1.226/2022, 2.946/2022, 1.052/2023, 1.276/2023, 1.447/2023, 2.108/2023, 2.323/2023, 2.800/2023, 4.370/2023, 1.361/2023 e 1.394/2024, apensados, com substitutivo.

ORIENTAÇÃO FPA: FAVORÁVEL AO PARECER DO RELATOR □

ARGUMENTAÇÃO:

O parecer do relator de nº 7 na CCJC recomenda o não avanço do Projeto de Lei principal, PL 8.262/17, devido ao enunciado da proposição que permite ao proprietário esbulhado solicitar assistência policial para remover os invasores, **desde que** apresente uma escritura pública comprovando a propriedade do imóvel. Nesse sentido, o texto do PL nº 10.010/2018 é mais apropriado, pois permite ao possuidor turbado ou esbulhado manter-se ou restituir-se por sua **própria força**, ou solicitar assistência policial, sem necessidade de ordem judicial, desde que o faça imediatamente e restrinja seus atos de defesa ou desforço ao mínimo necessário para a manutenção ou restituição da posse. Essa flexibilização é fundamentada na necessidade de proteger a posse legítima e assegurar a efetividade do direito, evitando que a burocracia ou entraves legais impeçam a defesa ou a retomada da posse de forma rápida e eficiente. Quanto aos vinte e três projetos de leis apensados, tratam de disposições sobre esbulho, questão já bem atendida pelo PL 10.010/18. Portanto somos favoráveis em prosperar o PL 10.010/18 e apensados, na forma do substitutivo pela CCJC.

Resultado:

Não deliberado em razão do encerramento da Reunião

Ordem: 22

CD PL 4451/2019 - (ORDINARIA)

Autor(a): Marreca Filho (PRD/MA)

"Dá nova redação ao caput do artigo 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais"

Despachos: CAPADR -> CCJC

Atual Relator(a): Rubens Pereira Júnior (PT/MA)

Parecer

Parecer do Relator, Dep. Rubens Pereira Júnior (PT-MA), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e da Emenda da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, com substitutivo.

ORIENTAÇÃO FPA

FAVORÁVEL AO PARECER DO RELATOR □

ARGUMENTAÇÃO

Embora a redução dos espaços agrícolas nos Planos Diretores Municipais busque aumentar a arrecadação municipal por meio do IPTU, ela pode afetar negativamente os agricultores familiares, excluindo-os das políticas de apoio à agricultura. No entanto, é crucial destacar que, segundo o Estatuto da Terra, as propriedades classificadas como **imóveis rurais** continuam elegíveis para os benefícios da Lei 11.326/2006, mesmo em áreas urbanas. Essa definição oferece segurança jurídica para o financiamento da produção agrícola pelo agricultor familiar.

Resultado:

Não deliberado em razão do encerramento da Reunião

Ordem: 23

CD PL 4609/2020 - (ORDINARIA)

Autor(a): Chris Tonietto (PL/RJ)

Altera o art. 12-A da Lei nº 9.868, de 10 de novembro de 1999, acrescentando parágrafos a fim de limitar a extensão da aplicação da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão - ADO.

Despachos: CCJC

Atual Relator(a): Gilson Marques (NOVO/SC)

Parecer

Parecer do Relator, Dep. Gilson Marques (NOVO-SC), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

ORIENTAÇÃO FPA

FAVORÁVEL AO PARECER DO RELATOR □

ARGUMENTAÇÃO

O projeto cristaliza a importância de regulamentar o controle de constitucionalidade por omissão para preservar a separação de poderes e assegurar uma atuação equilibrada do STF. Esta proposta é favorável porque visa prevenir que o Judiciário ultrapasse suas atribuições, assumindo funções que são prerrogativas do Legislativo. Ao estabelecer critérios objetivos e balizas claras, o projeto de lei promove a segurança jurídica e a previsibilidade, essenciais para um Estado Democrático de Direito. Além disso, ao conter o ativismo judicial, a proposta fortalece a democracia ao garantir que mudanças significativas na legislação sejam resultado de deliberação parlamentar, respeitando a vontade popular expressa através dos representantes eleitos. Isso ajuda a manter o equilíbrio entre os poderes, evitando a concentração de poder em uma única esfera, e reforça a legitimidade e a eficácia das normas jurídicas.

Resultado:

Não deliberado em razão do encerramento da Reunião

Ordem: 25

CD PL 2168/2021 - (ORDINARIA)

Autor(a): Jose Mario Schreiner (MDB/GO)

Altera a Lei 12.651/2012, para considerar como de utilidade pública as obras de infraestrutura de irrigação e dessedentação animal.

Despachos: CAPADR -> CMADS -> CCJC

Atual Relator(a): Coronel Fernanda (PL/MT)

Parecer

Parecer da Relatora, Dep. Coronel Fernanda (PL-MT), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, dos Projetos de Lei nºs 2.673/2021 e 2.853/2021, apensados, e do Substitutivo da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

ORIENTAÇÃO FPA

FAVORÁVEL AO PARECER DA RELATORA □

ARGUMENTAÇÃO

A redação atual do Código Florestal (Lei nº 12651/2012) só permite intervenções em APPs para obras de **utilidade pública**, de interesse social ou de baixo impacto ambiental. Portanto, o objetivo do projeto é considerar como de utilidade pública, as obras de infraestrutura e dessedentação animal, incluindo barramentos ou represamentos de água que causem intervenção ou supressão da vegetação nativa em áreas de preservação permanente (APP). Isso se deve à dificuldade de construir reservatórios de água para irrigação nessas áreas, o que é um obstáculo para o crescimento da agricultura irrigada no Brasil.

Resultado:

Não deliberado em razão do encerramento da Reunião

15:00
Objetivo
Objetivo: Realizar a votação de propostas legislativas.
Local
Plenário da Câmara dos Deputados

10:00
Objetivo
Objetivo: Realizar a votação de propostas legislativas.
Local
Plenário da Câmara dos Deputados

15:00
Objetivo
Objetivo: Realizar a votação de propostas legislativas.
Local
Plenário da Câmara dos Deputados

10:00
Objetivo
Objetivo: Realizar a votação de propostas legislativas.
Local
Plenário da Câmara dos Deputados

15:00
Objetivo
Objetivo: Realizar a votação de propostas legislativas.
Local
Plenário da Câmara dos Deputados

10:00
Objetivo
Objetivo: Realizar a votação de propostas legislativas.
Local
Plenário da Câmara dos Deputados

06/06/2024 - quinta-feira

15:00

PLEN - Plenário

Sessão Não Deliberativa Solene

Local	Objetivo	Status
Plenário da Câmara dos Deputados	Homenagem à Cultura e à Música Sertaneja Homenagem à a cultura e música sertaneja	Agendada

10:00

CMADS - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Seminário

Local	Objetivo	Status

Políticas Públicas para a redução do uso de agrotóxicos no Brasil Seminário “Políticas Públicas para a redução do uso de agrotóxicos no Brasil” REQ 14/2024 CMADS, do Deputado NILTO TATTO - (PT/SP) Convidados ELIANE IGNOTTI - Presença confirmada Coordenadora - Geral de Vigilância e Saúde Ambiental do Ministério da Saúde - (MS) ADRIANA AMARAL - Presença confirmada remota Analista Ambiental - SNPCT - DGA (MMA) CÁSSIO MURILO TROVATTO - Presença confirmada Coordenador-Geral de Transição Agroecológica do Ministério de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar- SAF (MDA) MÁRCIA MUCHAGATA- Presença confirmada Gerente de Projeto do Gabinete da Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social - SESAN (MDS) MARIA AUGUSTA RODRIGUES — Presença confirmada Coordenadora de Reavaliação da GEMAR-GGTOX (ANVISA) ANDERSON AMARO SILVA DOS SANTOS - Presença confirmada Conselheiro do Movimento de Pequenos Agricultores do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - MPA (CONSEA) ROGÉRIO PEREIRA DIAS - Presença confirmada Presidente do Instituto Brasil Orgânico na Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO) FRANCILEIA PAULA - Presença confirmada Representante da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos ERIVAN SILVA - Presença confirmada Representante da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos RENATO ROSENO - Presença confirmada remota Deputado Estadual do Ceará MARQUITO - Presença confirmada remota Deputado Estadual de Santa Catarina REPRESENTANTE - Não comparecerá Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura - SDA (MAPA)

Anexo II, Plenário 04

Encerrada (Final)